# Paulo Cesar Antunes - At 2.23

- Imprimir

Categoria: Paulo Cesar Antunes
Publicado: Segunda, 12 Fevereiro 2007 01:15
Acessos: 2323

**At 2.23**

> A este que vos foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, prendestes, crucificastes e matastes pelas mãos de injustos.

Este poderia ser um verso totalmente irrelevante para as controvérsias entre calvinistas e arminianos pois ele não resolve a problemática da soberania divina e responsabilidade humana; ele apenas expõe os dois lados dessa grande verdade, de que a soberania divina é compatível com a responsabilidade humana, sem preocupação alguma de harmonizá-los. Mas como os calvinistas têm extraído algumas conclusões deste verso a fim de fundamentar melhor sua posição, é imperativo que os arminianos avaliem, não apenas o verso, como também as premissas nas quais os calvinistas se apóiam para concluir que o verso se ajusta apenas com o seu sistema, e dêem uma resposta clara e consistente.

A primeira conclusão é que eventos contingentes não podem ser pré-conhecidos por Deus. A razão apresentada é unicamente que, por não podermos prever eventos contingentes, Deus também não deve poder. Mas Deus tem infinitamente mais recursos que os humanos para antecipar eventos contingentes, e essa conclusão leva em consideração apenas o nosso lado (nosso raciocínio lógico e experiência pessoal), e não o de Deus. O verso em questão, então, não serve para estabelecer a idéia de que Deus primeiro precisa decretar algo antes que possa pré-conhecê-lo. Os arminianos entendem que um evento contingente (que pode ou não acontecer) pode ser pré-conhecido por Deus, e é certo que acontecerá, se os meios necessários para a sua realização forem satisfeitos.

Alguém pode sugerir que nem todos os calvinistas tiram esta conclusão, o que eu devo admitir. Berkhof, por exemplo, reconhece que "é perfeitamente evidente que a Escritura ensina a presciência divina de eventos contingentes," e que "é-nos levantado um problema aqui, que não podemos resolver plenamente."[1]Portanto, o problema não é exclusivo dos arminianos, mas dos cristãos em geral, que acreditam na presciência divina de todos os eventos e na liberdade humana. Logicamente, Berkhof não tem o mesmo entendimento dos arminianos e descarta a possibilidade de que algo possa ser pré-conhecido por Deus sem que primeiro seja determinado por Ele. Ele diz:

> Ações que de maneira nenhuma são determinadas por Deus, direta ou indiretamente, mas que são totalmente dependentes da vontade arbitrária do homem, dificilmente podem ser objeto do pré-conhecimento divino.[2]

Berkhof foi cauteloso: ele não diz que tais ações não podem ser objeto do pré-conhecimento divino, mas que dificilmente podem. Mas o que ele quer dizer por 'vontade arbitrária do homem'? Em outro lugar, ele esclarece:

> Ao que parece, é impossível conhecer antecipadamente eventos que dependem por completo da decisão causal de uma vontade alheia a princípios que podem em qualquer ocasião, independentemente do estado de espírito, das condições existentes, e dos motivos que se apresentam à mente, seguir diferentes direções. Eventos dessa natureza só podem ser conhecidos previamente como puras possibilidades.[3]

Essa é uma caracterização um tanto distorcida da posição arminiana. É óbvio que as nossas decisões dependem de nosso estado de espírito, das condições existentes, e dos motivos que se apresentam à mente, enfim, as condições causais devem existir e elas são necessárias para que tomemos qualquer decisão. O arminiano não acredita que a nossa vontade se move independentemente de condições causais; ele apenas nega que essas condições causais são suficientes para determinar nossas decisões.

A segunda conclusão extraída pelos calvinistas de At 2.23 é que o decreto de Deus vem antes de Sua presciência, em razão do verso apresentar, primeiro, o 'conselho,' e só então a 'presciência de Deus.' Pink nos diz:

> A presciência divina alicerça-se nos próprios decretos de Deus, conforme se vê claramente em Atos 2.23: "Sendo este entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de iníquos." Notem a ordem de apresentação: primeiramente, o "determinado desígnio" de Deus (o seu decreto); em segundo lugar, a sua "presciência."[4]

O raciocínio de Pink é que, pela razão de que o autor bíblico escreveu a palavra 'conselho' antes da palavra 'presciência,' segue-se que o decreto de Deus antecede sua presciência. Que nessa ordem foi escrito é evidente. O que não é tão evidente é a validade dessa argumentação.

Supondo ser válida, esta linha de raciocínio poderia nos levar a concluir absurdamente que:

**1** – O nosso chamado é anterior à nossa eleição.

Portanto, irmãos, procurai fazer cada vez mais firme a vossa vocação e eleição; porque, fazendo isto, nunca jamais tropeçareis (2Pe 1.10).

**2** –A nossa salvação é anterior ao nosso chamado.

Que nos salvou, e chamou com uma santa vocação; não segundo as nossas obras, mas segundo o seu próprio propósito e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos dos séculos (2Tm 1.9).

**3** – Que recebemos o convite geral do Evangelho antes de sermos escolhidos.

Porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos (Mt 22.14).

Há certamente versos onde a ordem em que as palavras foram escritas servem para estabelecermos certos entendimentos. Tomemos como exemplo Rm 8.30 (E aos que predestinou a estes também chamou; e aos que chamou a estes também justificou; e aos que justificou a estes também glorificou). Há razões suficientes para concluir, por exemplo, que a predestinação precede a justificação, não porque uma palavra foi escrita antes da outra, mas porque o autor inspirado fixou uma relação de dependência entre elas, na qual cada etapa pela qual o crente passa, até culminar em sua glorificação, depende de seu antecedente. Mas essa relação de dependência não existe, explícita ou implicitamente, em At 2.23, sendo, por essa razão, precipitado tirar qualquer conclusão em função da ordem em que as palavras foram escritas.

---

[1] Louis Berkhof, Teologia Sistemática, p. 70
[2] Ibid., p. 71.
[3] Ibid., p. 108.
[4] Arthur Pink, Deus é Soberano, p. 59.